

Invasores desrespeitam ordem judicial

Colônia Agrícola Samambaia, com 10 mil casas, não pára de crescer numa área entre Águas Claras e Taguatinga

Rogério Dy La Fuente
Da equipe do Correio

O nome é completamente incomum: interdito proibitório. Os moradores e donos de lotes na Colônia Agrícola Samambaia, em Taguatinga, o entendem conforme a conveniência de cada um.

No dia 30 último, depois que a Fundação Zoobotânica (FZDF) derrubou oito casas na colônia, a juíza Wilde Maria Silva Justiniano Ribeiro, da 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, determinou que todos os atos considerados irreversíveis fossem suspensos. Traduzindo: com o interdito, ela ordenou a suspensão tanto das demolições como das construções, mas as casas continuam sendo construídas.

As casas construídas na Colônia Agrícola são irregulares e foram derrubadas porque o terreno é da Fundação Zoobotânica e foi loteado por pessoas que arrendavam chácaras ali localizadas.

Ontem, mais de 30 construções foram localizadas pela equipe de fiscalização da Zoobotânica, que

gravou um vídeo e fotografou as obras. “Estamos documentando tudo isso e vamos anexar ao processo, para que a Justiça saiba que a Zoobotânica está cumprindo a parte dela, enquanto os invasores não estão”, afirmou Douglas Carvalho, encarregado da fiscalização da FZDF.

A advogada que representa os 13 mil moradores da colônia, Nádia Porto, disse desconhecer o descumprimento da decisão judicial. “Até onde sei, as únicas obras que estavam acontecendo eram as de reparação de demolições. Pessoas ficaram sem teto com a última derubada das casas”, disse. Almir Coelho Martins, presidente da Associação de Moradores da Colônia Agrícola Samambaia (Acasam), não foi encontrado ontem.

FLAGRANTE DA INCOERÊNCIA

Várias casas da colônia, onde as obras foram paralisadas, apresentavam a decisão judicial afixada em uma das paredes. A surpresa dos fiscais foi encontrar, em um parcelamento na chacara 50, um pedreiro trabalhando ao lado da cópia do mandado. “Não vou mentir que

não estava trabalhando. Agora já lixuei para o patrão, mas ele não estava. Falei com a mulher dele, que se assustou e me mandou parar a obra”, revelou o pedreiro Valdimiro Martins de Oliveira. Ele não quis dizer o nome completo do dono da casa, revelou apenas que se chamava Cinésio.

Em um dos acessos à colônia, José Rosa da Silva, 57 anos, montou seu negócio. Com um trator e dois caminhões, ele espera a contratação de serviços de aterro e carreto de terra. “Depois que derrubaram casas lá na Chácara 54 o serviço caiu. Agora melhorou”.

Alguns moradores, porém, parecem considerar que a decisão judicial só impede a ação da Zoobotânica. “Já conseguimos uma liminar na Justiça. Os fiscais tinham que deixar a gente em paz”, afirmou Damiana Leandro, 28 anos, moradora da colônia há um mês. “Paguei R\$ 15 mil por um lote. Nasci em Brasília e não me considero invasora. A fiscalização devia ter começado quando os anúncios de venda apareceram nos jornais”, disse.

“A fiscalização da Zoobotânica nunca foi omissa”, defende Douglas Carvalho. “Todos os parcelamentos foram notificados desde o início. Se as casas chegaram a ser construídas, não foi por falta de trabalho nosso. Isso depende de ações burocráticas”, justifica.

Paulo de Araújo



Mesmo com decisão que impede construção de novas casas, operários erguem outras residências em área do governo